

CLIPPING



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

imprensa@tce.go.gov.br

www.tce.go.gov.br

3228-2699





GIRO



**Caio Henrique
Salgado**

caio.salgado@opopular.com.br

Retomada

A CPI dos Incentivos fiscais da Assembleia, que retoma os trabalhos nos próximos dias, começará a ouvir executivos de empresas a partir da próxima semana. A primeira delas deve ser a Caoa.



Erro primário no sistema

EDUCAÇÃO

Falha de segurança em programa de Informática deu início à auditoria que encontrou pagamentos indevidos que já somam mais de R\$ 4 milhões

Thalys Alcântara
thalys.alcantara@opopular.com.br

O sistema de Informática da Secretaria Estadual de Educação de Goiás (Seduc) permitia que dados da folha de pagamento e do quadro de funcionários fossem alterados sem identificar o servidor responsável pela alteração. Segundo o subsecretário de Governança Institucional da Seduc, o coronel Avelar Lopes de Viveiros, havia um comando que permitia deletar o registro de quem realizava mudanças no sistema.

Foi a partir da identificação dessa falha de segurança, no primeiro semestre, que a Seduc deu início a uma comissão de normatização e compliance, em parceria com a Controladoria Geral do Estado (CGE), que já identificou 328 cadastros financeiros de 164 funcionários com inconsistências, que estão sendo investigados. Em dois casos a suspeita é de funcionário fantasma.

"São casos já bem adiantados, que posso dizer, mas não posso oferecer mais detalhes, nomes, enquanto não estiverem fundamentados para encaminhar para a delegacia", aponta Viveiros.

Paralelo ao trabalho dessa comissão, um levantamento da Gerência da Folha de Pagamento (Gepar) da Seduc, identificou 3.216 pagamentos indevidos de funcionários concursados e temporários no primeiro semestre deste ano, que representam um valor total de R\$ 4,05 milhões. Os problemas encontrados são variados. A maior parte são casos de desconto de aposentadoria dos recursos da Seduc ao invés do Golásprev, pagamento de benefícios para servidores que não estavam aptos a receber e funcionários temporários que rompem o contrato, mas o salário continuava a ser pago. (Veja quadro).

Segundo Viveiros, assim que foi percebida essa brecha na área de Informática, de não deixar registros das alterações, o sistema foi

164

funcionários com cadastros financeiros com inconsistência são investigados por comissão formada pela Seduc e pela CGE

Pente fino

Análise em folha de pagamento de Educação encontrou inconsistências que somam mais de R\$ 4 milhões

INCONSISTÊNCIAS	O QUE É?	QUANTIDADE DE CASOS	VALOR DESVIADO
Origem errada da aposentadoria	Valor de servidor aposentado continua a ser descontado dos recursos da Seduc ao invés do caixa da Golásprev em período que varia de três a seis meses	249	R\$ 1.892.202,01
Complemento com licença	Servidor está de licença e continua a receber valores que não deveria. Ex.: funcionário com licença maternidade recebendo por hora adicional e vale alimentação	1.951	R\$ 1.161.083,20
Pagar sem trabalhar	Funcionário temporário deixava de trabalhar e terminava contrato, mas informação demorava para chegar no sistema e ele continuava a receber	416	R\$ 434.071,09
Outros	Casos de profissional que saía da secretaria, mas continuava a ser descontado da folha encargos trabalhistas, empréstimos; erros em cálculos e outros	389	R\$ 398.978,37
Gratificação errada	Valores recebidos para as funções de diretor e secretário acima do previsto para o turno e porte que professor está efetivamente trabalhando	208	R\$ 145.203,35
Auxílio dobrado	Auxílio alimentação sendo cobrado duas vezes para professores que têm dois contratos diferentes, mas que completam 60 horas no máximo	3	R\$ 19.150,00

Fonte: Seduc (primeiro semestre)

modificado. O caso, segundo o subsecretário, é semelhante ao encontrado no sistema do Instituto de Assistência dos Servidores do Estado de Goiás (Ipsago).

No início do mês passado, a Operação Morfina, da Polícia Civil, afastou oito funcionários responsáveis pela área de tecnologia da Informação (TI) do Ipsago, por suspeita de beneficiar de forma indevida laboratórios e médicos que prestam serviço ao Ipsago. Segundo as investigações, o sistema de pagamentos do plano de saúde não deixava a identificação de quem realizou inserção de novos pagamentos e prestadores. O caso é investigado pela Delegacia Estadual de Repressão a Crimes Contra a Administração Pública (Dercap) e pela Superintendência Estadual de Prevenção e Combate à Corrupção.

RASTRO

O professor da área de segurança da Informação do Instituto de Informática da Universidade Federal de Goiás (UFG), Iwens Sene Junior, explica que o rastros, informando a origem das modificações em um sistema, é necessário em bancos de dados que envolvem questões financeiras e com acesso controlado. Ele diz ser incomum casos em que não há essa identificação.

"É um tipo de erro muito primário. É natural ter esse controle, por mais simples que seja. (Não ter) é ruim para os dois lados: para a pessoa que cuida desse sistema, para se garantir, e para a empresa (órgão) que, se tiver problema de auditoria, não tem como verificar", avalla.

COMEÇO

No caso da Seduc, Viveiros pondera que as investigações internas ainda estão no início e que as práticas irregulares precisam ser provadas. "Não estamos falando de crimes, mas inconsistências que poderão levar a crimes", explica o gestor. Segundo ele, em caso de erro administrativo, será aberto um procedimento interno e o pagamento indevido será devolvido. Já casos mais graves, como os de suspeita de funcionário fantasma, serão repassados para a Polícia Civil, além da investigação interna.

Segundo o gerente da Folha de Pagamento, Márcio Capitelli, ainda não é possível dizer se houve intenção ou não nos pagamentos indevidos e que isso vai depender de investigação interna da corregedoria da Seduc. Ele acrescenta que os resultados obtidos até agora são iniciais. "O trabalho continua, criamos uma rotina. Todos os meses são feitas conferências. Isso é só o começo, agente vai levantar tudo que não estiver correto ou legal", explica.

Segundo a titular da Seduc, Fátima Gavioli, no mês passado foram devolvidos cerca de R\$ 2,5 milhões desses pagamentos indevidos, que são depositados em uma conta bancária específica para esse fim. Atualmente a Seduc conta com cerca de 42 mil servidores e sua folha de pagamento passa de R\$ 300 milhões mensais. Considerando isso, as inconsistências identificadas até agora pelo Gepar, de R\$ 4 milhões entre janeiro e junho, representam 0,2% da folha neste período.

Dados divergentes sobre fantasmas

Na última segunda-feira (29), a titular da Secretaria de Educação (Seduc), Fátima Gavioli, informou para a reportagem que haviam cerca de 800 casos de contratos com funcionários concursados e temporários com suspeitas de irregularidades, entre elas de funcionário fantasma. O número foi publicado na edição do dia 30 de julho do POPULAR.

Já na quarta-feira, o subsecretário da Seduc, coronel Avelar Lopes de Viveiros, disse que foram identificados 328 cadastros financeiros de 164 funcionários com inconsistências, sendo que dois são suspeita de funcionário fantasma.

Segundo Viveiros, o número de 800 é uma informação próxima

da realidade, considerando que a apuração ainda é inicial e só foi realizada na capital até agora. "Por isso, projetamos número ainda maior quando sairmos da capital", explica o subsecretário.

Ainda de acordo com Avelar, o resultado final do trabalho deve demorar mais tempo para sair. "Só temos em torno de 10% a 20% concluído, esse número (de inconsistências) pode aumentar ainda, é trabalho para daqui seis meses a um ano", declara.

A confusão dos números começou na segunda de manhã, durante uma coletiva na sede da Seduc, quando Gavioli falou o número inicial de 300 funcionários fantasmas detectados e que os casos foram repassados para investigação da Polícia Civil.

Mais tarde, ainda na segunda, a Polícia Civil negou que tivesse recebido esses casos e a assessoria da Seduc corrigiu a fala da secretária, explicando que, na verdade, a investigação dos 300 fantasmas estaria ocorrendo internamente e seria repassada para a delegacia em breve.

Já durante a noite, Fátima disse que o número já chegaria a 800 e que as inconsistências encontradas eram de vários tipos, não só de servidor que recebe sem trabalhar, mas garantiu que haviam "muitos fantasminhas."

“**Só temos em torno de 10% a 20% concluído, esse número (de inconsistências) pode aumentar ainda, é trabalho para daqui seis meses a um ano**”

Avelar de Viveiros, Seduc



Portaria proíbe a abertura de novas vagas para o EJA

Uma portaria da Secretaria Estadual de Educação de Goiás (Seduc-GO) suspende a abertura de novas turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) para o segundo semestre de 2019. O texto da decisão, assinada no dia 19 de julho, detalha que a suspensão é “em virtude da reelaboração da Política Educacional dessa modalidade de Ensino”.

A reportagem entrou em contato com a titular da Seduc, Fátima Gavioli, que garante que a portaria só se refere a escolas que não têm autorização do Conselho Estadual de Educação de Goiás, requisito necessário para abrir turmas do EJA, segundo ela.

“Vamos organizar a casa. Neste semestre, só (é permitido) quem tem autorização. Localizamos cada escola e para janeiro de 2020 tudo estará organizado. O EJA precisa ser ofertado nos Cejas (Centros de Educação de Jovens e Adultos), mas em Goiás estava liberado para todos que quisessem, independente do número dos alunos e de ser autorizado”, explica a secretária.

Segundo Fátima, há turnos de ensino para adultos com poucos alunos, mas que justifi-

“

Aí tem um agravante. O diretor ganha por turno. Abrem EJA noturno para ganhar um pouco mais, com 15 alunos”

Fátima Gavioli, secretária de Educação, sobre turmas de jovens e adultos

cam o recebimento de adicional de turno para diretores das escolas. “Aí tem um agravante. O diretor ganha por turno. Abrem EJA noturno para ganhar um pouco mais, com 15 alunos”, exemplifica.

O presidente do Conselho Estadual de Educação de Goiás, Marcos Elias, diz que faz a mesma leitura da secretária, apesar de não ter discutido o assunto específico com ela. “Novas autorizações (para o EJA) só após a aprovação da nova política.”

Uma nova portaria, do dia 1º de agosto, repete o texto da suspensão dos novos cursos e ad-

clona uma nova informação, a permissão para a abertura de novos cursos EJA em nove escolas do Estado, mas apenas a distância. As matrículas podem ser feitas por estudantes de qualquer lugar do país.

Os colégios autorizados a abrir essas turmas são de cidades de várias regiões de Goiás: Anápolis, Catalão, Iporá, Formosa, Morrinhos, Piranhas, Ceres, além de duas escolas em Goiânia. Eles estão sendo chamados de “escolas-polo”. A implantação desse modelo de EJA a distância terá a estrutura curricular dividida por áreas de conhecimento e deve oferecer cursos de qualificação profissional.

PROJETO PILOTO

Essa alteração faz parte da implantação do projeto piloto EJA-TEC, que, segundo projeto da Seduc, tem o objetivo de oferecer um curso mais flexível para quem não tem condições de se dedicar ao curso presencial padrão. A previsão da pasta é atender 2.400 estudantes.

Em apresentação de slide durante prestação de contas dos primeiros seis meses de gestão da Seduc, é dito que foi encontrado uma “carência de políticas voltadas à valorização do pú-



Fábio Lima

Portaria só vale para escolas sem autorização do conselho, diz Gavioli

blico da Educação de Jovens e Adultos”, que há alto índice de evasão e abandono desse tipo de ensino. Além disso, é defendida uma integração maior do EJA com a educação profissional.

A apresentação da atual gestão também diz que foram detectados problemas com a prestação de contas dos programas da EJA e que isso poderia acarretar em bloqueios para a continuidade de aportes financeiros.

No próximo dia 16, representantes da Seduc devem ir ao Conselho Estadual de Educação para apresentar a proposta do EJA-TEC. “Essa deve ser uma das propostas para essa nova política de EJA. A Secretaria já, inclusive, protocolou o processo

pedindo autorização para oferecer o EJA-TEC”, conta o presidente do Conselho, Marcos Elias.

As portarias suspendendo novas turmas causou indignação em parte dos professores da rede estadual, que se manifestaram nas redes sociais. Um protesto contra a medida da Seduc foi marcado para acontecer no início da noite da próxima segunda-feira em frente ao Colégio Estadual Santa Bernadete, no Setor Leste Vila Nova, em Goiânia.

A assessoria da Seduc garantiu que um novo texto da portaria ou uma nova portaria deve deixar mais claro que não são todos os colégios que estão proibidos de abrir turmas de EJA.



Economia movimentou recursos

Pasta prevê redução de R\$ 1,3 bilhões na Sead e movimentou R\$ 13,2 milhões na Educação

Dayrel Godinho
Especial para O Hoje

A Secretaria de Estado de Economia divulgou na última sexta-feira (2) uma nova alteração na distribuição dos Créditos Suplementares previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). A Pasta, que é administrada pela secretária Cristiane Schmidt, movimentou por meio de 41 portarias a soma de R\$ 1,4 bilhão em suplementação e R\$ 2,2 milhões a menos em redução. A estrutura que mais sofreu redução foi a Secretaria de Estado da Administração (Sead).

A secretária, administrada por Pedro Sales, é a mais utilizada para reduções em meio às prioridades do Governo. Nesta publicação, a pasta movimentou cerca de R\$ 1,3 bilhão para outras 13 pastas. A maior portaria movimentou R\$ 99,4 milhões para o Departamento Estadual de Trânsito (Detran-GO) junto com o Fundo Estadual de Comunicação (Fecom). A Fecom teve suplementação



Esta é a segunda vez em 20 dias que a secretária Cristiane Schmidt altera prioridades dos Créditos Suplementares

de R\$ 80 milhões com redução no próprio fundo.

Demais movimentações foram para outras pastas e fundos definidos como prioritários pelo Estado. A Sead, inclusive, tem uma previsão de redução de R\$ 800 milhões para a Secretaria de Economia e outros R\$ 70,7 milhões para a Secretaria de

Segurança Pública do Estado de Goiás (SSP-GO). A única suplementação para a Sead foi de R\$ 920 mil, que serão priorizados no Atendimento Cidadão do Vapt Vupt.

Movimentando R\$ 99,4 milhões em suplementação, a Fecom e o Detran também tiveram uma alteração entre as prioridades das próprias pas-

tas. A Secretaria de Economia definiu suplementação para as novas prioridades das pastas. Cerca de 7,7 milhões em reduções e suplementações na Fecom e R\$ 94,9 milhões no Detran.

Tribunais

Também houve suplementação no Tribunal de Jus-

tiça do Estado de Goiás (TJGO), no Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) e Tribunal de Contas dos Municípios (TCM). TCE e TJGO tiveram uma suplementação de R\$ 127,4 milhões e R\$ 80 milhões, respectivamente. Já o TCM teve um remanejamento de R\$ 120 mil nas prioridades do Tribunal.

Educação teve alteração de R\$ 13,2 milhões

A Secretaria de Educação do Estado de Goiás (Secuc) teve uma alteração de R\$ 13,2 milhões entre as prioridades de gastos da Pasta. Todas as portarias da Secretaria de Economia suplementaram a secretária por meio de reduções na própria pasta.

A maior, de R\$ 5 milhões, coloca a formação continuada de professores e o desenvolvimento de ações pedagógicas como prioridade na suplementação em detrimento da redução de R\$ 10 mil em dezenas de diversas áreas dentro da pasta. A maior redução foi da construção, ampliação e adequação de unidades escolares e prédios públicos, no valor de R\$ 3 milhões. O valor, no entanto, é tratado como prioridade em outra portaria, que altera R\$ 3,3 milhões que estariam dispostos para o apoio administrativo.

Além destas duas, outras quatro portarias foram publicadas, sendo elas nos valores de R\$ 1,2 milhão, R\$ 1 milhão, R\$ 2 milhões e outra de R\$ 680 mil, todas

remanejando as prioridades dentro da própria pasta.

Outras

Outras 20 pastas, fundos e autarquias estaduais tiveram remanejamento de prioridades dentro dos créditos suplementares a serem distribuídos para elas. A maior alteração, depois da pasta de Economia e da SSP, ficou para o Fundo Especial de Segurança Pública (Funesp), com R\$ 36,8 milhões para a Secretaria de Desenvolvimento Social com R\$ 9,4 milhões e da Casa Militar, com R\$ 6 milhões.

Na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDS) houve duas portarias, uma de R\$ 699 mil sem redução e a outra de R\$ 8,4 milhões, que são parte da alteração de prioridades dentro da Sead, assim como o Funesp e a Casa Militar.

Ainda houve suplementação de R\$ 8 milhões no Fundo Especial de Pagamento dos Advogados dativos e do Sistema de Acesso à Justiça (Fundativos).

Última alteração tinha Previdência como prioridade

Diferentemente da última alteração publicada pela Pasta no Diário Oficial de Goiás (DOE) no dia 15 de julho, nesta publicação houve somente uma suplementação na Goiás Previdência. Apenas R\$ 200 mil para encargos Judiciários. A redução foi feita na previsão de modernização do gerenciamento previdenciário.

Outros R\$ 980 mil foram definidos como prioridade para o Fundo Financeiro do Regime Próprio de Previdência do Servidor (FFRPPS). Os recursos também vieram da Sead, que teve como redução a reserva "extraordinária de cobertura de déficits".

Na primeira publicação houve uma movimentação de R\$ 407 milhões em créditos suplementares para que o Governo de

Goiás destine para pastas prioritárias, como a da previdência, onde foi aberto R\$ 139 milhões em suplementação.

Para chegar ao valor, houve redução de R\$ 315,3 milhões, onde a titular da pasta, Cristiane Schmidt, buscou alternativas orçamentárias para chegar aos valores de prioridades. R\$ 92 milhões a mais, sem reduções a serem remanejadas pela pasta.

A maior pasta afetada pelas diminuições dentro do Governo também havia sido a Sead, que teve uma redução de 35,45% do empenho previsto. Ao todo foram R\$ 129 milhões em contração. Nesta ocasião houve retração de 1,3 bilhões. Dez vezes a mais do que a publicação anterior.

Maior parte dos recursos destas reduções foram

destinados para o fundo previdenciário, que teve um abertura de mais de R\$ 100 milhões naquela publicação.

Os créditos

Os créditos suplementares ica o Chefe do Poder Executivo autorizado a utilizar, durante a execução orçamentária, o saldo consignado na Reserva Extraordinária para Cobertura de Déficit para abertura de créditos suplementares quando houver insuficiência orçamentária para realização de despesas justificadamente imprescindíveis à Administração Pública que foi aprovada na Gestão de Marconi Perillo e José Eliton, ambos do PSDB.

No início de julho a Gestão de Ronaldo Caiado (Democratas) aprovou a LDO para o ano de 2020.



Xadrez

Rubens Salomão | xadrez@ohoje.com.br

Recuperação “não passará” na Alego, avalia Lissauer Vieira

O presidente da Assembleia Legislativa, Lissauer Vieira (PSB), avalia o ânimo dos deputados da base e da oposição ao governo de Ronaldo Caiado (DEM) para definir: como apresentadas até agora, as medidas para o ingresso de Goiás ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF) não serão aprovadas. O governador adiantou, há duas semanas, que aguardava apenas o retorno dos trabalhos na Alego para enviar as propostas. No entanto, além da inviabilidade política, não há definição interna no governo sobre como as contrapartidas seriam estabelecidas. Critérios econômicos e jurídicos ainda são estudados, como antecipado pela Xadrez. “Acho muito difícil. Da forma como está, não passará. Vai ter muita dificuldade. Nós vamos abrir o debate, que é minha obrigação como presidente da Casa, mas a decisão vai ficar a cargo dos deputados aprovarem a adesão ou não”, define.



Proposta zero

O presidente da Alego sugere, no entanto, que Caiado converse com “outros poderes, a sociedade e o setor produtivo” para buscar “alguma alternativa”. Não adianta, porém, nenhuma nova ideia para a solução dos problemas.

Em conversa

“A minha proposta é discutirmos de forma ampla e depois apresentarmos uma proposta alternativa para o governo. O RRF, com as medidas duras e sem flexibilidade, é pouco provável que seja aprovado”, confirma.

Relacionamento

Depois de afastamento no início do ano e aproximação ao longo de segundo semestre, a relação de Lissauer com Caiado voltou a ser apenas “protocolar”, depois do recesso.



Lissauer rejeita adesão ao RRF

Presidente da Assembleia insiste que o governo Caiado busque outra alternativa menos prejudicial ao Estado

Venceslau Pimentel
Especial para O Hoje

Durante o processo de discussão do Plano de Recuperação Fiscal de Goiás, tão logo a matéria seja enviada à Assembleia Legislativa, o presidente da Casa, deputado Lissauer Vieira (PSB), defende a criação de uma comissão formada pelos entes envolvidos diretamente no assunto para visitar os estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul, que já formalizaram suas respectivas adesões ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF) junto ao Ministério da Economia.

O Rio de Janeiro, único Estado que já aderiu ao RRF, também poderá ser visitado por integrantes do Legislativo, Judiciário, Ministério Público, Tribunais de Contas e do setor produtivo. Lissauer diz considerar fundamental uma avaliação sobre esse procedimento anterior à apreciação da matéria do Governo de Goiás. Justifica que não se pode aprovar um projeto de tamanha magnitude sem o aprofundamento do debate, para que, no futuro, não haja arrependi-

Em meio a rumores de que o governo avalia a possibilidade de recuar da adesão ao RRF, o presidente da Assembleia insiste continua defendendo uma proposta alternativa que possa tirar Goiás da crise fiscal, mas sem a rigidez das regras impostas pelo Regime de Recuperação fiscal que, segundo ele, pode engessar o Estado.

Lissauer antecipa que, caso o governo envie à Assembleia projetos complementares referentes ao Plano de Recuperação, a tramitação dessas matérias não terá caráter de urgência. "Não podemos discutir



Lissauer Vieira propõe que uma comissão goiana visite os estados que pleiteiam o regime

ma medida ou um projeto de tamanho que o RRF de forma rápida. Precisamos discutir amplamente", avisou.

Goiás, assim como Minas e Rio Grande do Sul, teve que ingressar com Ação Cível Originária, com pedido de tutela provisória de urgência, junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), com o objetivo, originalmente, de impedir que a União executasse contragarantias contratuais, sem a observância do devido processo legal, até eventual esgotamento de prazo para a adesão ao Plano de Equilíbrio Fiscal dos Estados (PEF).

Relator da matéria, o ministro Gilmar Mendes proferiu decisão judicial deferindo parcialmente a tutela provisória de urgência, ao mesmo tempo em que determinou à União que retomasse as negociações com o Estado para a adesão ao RRF. Especificou ainda que o Estado de Goiás protocolasse, no prazo máximo de seis meses a contar

da intimação da decisão, o pedido de ingresso no Regime de Recuperação no Ministério da Economia. Para tanto, tem que apresentar o Plano de Recuperação, conforme a Lei Complementar 159/2017 e do Decreto 9.109/2017.

Conforme informação da Secretaria do Tesouro nacional (STN), após a decisão de Gilmar Mendes, o órgão oficiou o Estado sobre a disponibilidade para a retomada das negociações e sobre o processo de trabalho necessário para a construção do Plano de Recuperação Fiscal.

A linha do tempo construída pela STN mostra as etapas a serem cumpridas por Goiás, após a autorização recebida da Assembleia Legislativa para aderir ao RRF. Na primeira fase, manifesta a sua intenção de entrar no RRF, em seguida, apresentará um diagnóstico contábil da situação fiscal do Estado, com cenário base e

ajustado. Por último, protocola pedido de pré-acordo ou de acordo.

Se Goiás optar pelo pré-acordo, poderá ser dispensado de privatizar estatais, se a sua venda não for necessária para o equilíbrio fiscal ou que seu valor seja maior do que a suspensão de dívidas com a União. O processo de homologação é mais rápido.

Minas

O Estado de Minas Gerais entrou com ação do Supremo em 2018, após ter o seu pedido de adesão ao RRF indeferido pelo então Ministério da Fazenda. O Estado ainda precisa protocolar no Ministério da Economia o Plano de Recuperação Fiscal. Apesar dos indícios de deterioração fiscal, apenas em janeiro de 2019 o Estado manifestou formalmente à STN a intenção de aderir ao RRF e está, desde então, avançando nas negociações para

construção do Plano.

Desde janeiro de 2019, Minas tem a seu favor liminares do STF que suspendem a execução de contragarantias, por parte da União, no caso de não pagamento de operações de crédito do Estado.

Já o Rio Grande do Sul, que também teve o seu pleito indeferido por não cumprir os requisitos exigidos pela lei complementar nº 159/17, recorreu ao Supremo para obter a antecipação dos benefícios do regime enquanto aguarda o fim do processo de adesão. Protocolou a ação em 2017 e chegou a apresentar um plano de recuperação, mas foi oficiado de que havia pendências a serem corrigidas. A informação é que não enviou um segundo plano ao Ministério.

Do Plano de Recuperação do Rio de Janeiro - um conjunto de documentos apresentado pelo Estado - constam informações como o conjunto de Leis exigidas pela LC 159/17; Diagnóstico comprovando que o Estado estava em situação de grave desequilíbrio financeiro; e o detalhamento das medidas de ajuste, com os impactos esperados e os prazos para a sua

Endividamento

Reportagem do jornal Estadão, de março de 2018, mostra que o Rio de Janeiro viu a sua dívida consolidada aumentar em 27%, em 2017, baseado em dados da STN. Isso se deu após o Estado aderir ao RRF, ao contratar empréstimo de R\$ 2,9 bilhões para equilibrar suas finanças. Enquanto isso, Minas e o Rio Grande do Sul, em compasso de esperar para ingressar no Regime, registraram decréscimos de 4% no endividamento.



Previdência abre semestre na Câmara

Raphael Bezerra
Especial para O Hoje

Os trabalhos legislativos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal retornam na próxima terça-feira (6). O parlamento brasileiro deve iniciar, no mesmo dia, a votação da reforma da Previdência na Câmara, que ainda falta ser aprovada em 2º turno. Parte do Congresso teme que as constantes declarações do presidente da República, Jair Bolsonaro (PSL), possam afetar a votação da matéria.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM), reservou o plenário para votação da matéria na quarta-feira e quinta-feira. Caso sejam necessárias, outras sete sessões já foram marcadas durante a semana. O objetivo do governo é aprovar a pauta até quinta-feira(8). Para ser aprovada e ir ao Senado, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que modifica as regras de aposentadoria deve ter o aval de ao menos 308 dos 513 parlamentares da Câmara. No primeiro turno, esse saldo foi de 379 a 131 votos.

Para o relator da proposta, Samuel Moreira (PSDB), a votação não deve sofrer penalizações devido aos posicionamentos do presidente.



O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, pretende pautar votação quarta e quinta-feira

"Acredito que teremos um ambiente de normalidade no que se refere a reforma. Não vejo alteração no quadro, até o momento. Penso que só teremos a radiografia completa a partir de segunda-feira com o retorno dos líderes e dos deputados", disse.

Enviada pelo governo em fevereiro, a proposta foi aprovada em primeiro turno em 10 de julho, por 379 votos a 131. A votação foi concluída em 12 de julho, com mudanças em relação ao texto enviado pela comissão especial.

Depois de passar pela Câ-

mara, a projeto que muda o sistema de aposentadorias vai ao Senado. A previsão da presidente da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), senadora Simone Tebet (MDB-MS), é que a reforma seja aprovada na primeira semana de outubro no Plenário do Senado.

Além da aprovação da Previdência, o líder do governo na Casa Legislativa, Major Vítor Hugo (PSL-GO), elencou como prioridades governistas projetos que tratam da independência do Banco Central, microcrédito, revisão do

sistema bancário, reforma tributária, revisão do pacto federativo, saneamento básica e pacote anticrime.

"Além da expectativa de aprovação em segundo turno da Nova Previdência, temos muitas pautas para o segundo semestre na Câmara dos Deputados. Contamos com sua participação nesse processo de reformas do Estado Brasileiro", afirmou pelas redes sociais.

Legislativo goiano

Os trabalhos da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (Alego), também retor-

nam na terça-feira (6). Marcada para as 15 horas, a sessão plenária conta com 302 projetos na pauta prévia.

Os deputados goianos devem apreciar as contas do Tribunal de Contas de Goiás (TCE-GO) do exercício de 2017. Outro projeto que pode ser apreciado pelos parlamentares é o da delegada Adriana Accorsi (PT) que propõe o aumento da licença maternidade para Funcionários Públicos do Estado de Goiás.

Caso as modificações sejam aprovadas, a licença-maternidade passa a ser de 180 dias e a licença-paternidade de 20 dias. Essas alterações beneficiam também o servidor que adotar ou obtiver guarda judicial de criança com até a idade de 1 ano. De acordo com a propositura, em ambos os casos, o funcionário conta com o vencimento e vantagens do cargo. O projeto está em segunda fase de votação.

O deputado Gustavo Sebba (PSDB), aguarda a aprovação da matéria de sua autoria que institui a Política Estadual para o Sistema Integrado de Informações de Violência Contra a Mulher, denominado Observatório Estadual da Violência Contra a Mulher" para dispor sobre a notificação às mulheres vítimas de violência.



“Reaver a Celg é livrar Goiás de um crime”, diz deputado

Bancada de Goiás no Congresso vai se reunir amanhã em Brasília para reforçar a luta de Ronaldo Caiado em favor da qualidade da energia elétrica:

Nilson Gomes

Os integrantes da bancada goiana no Congresso Nacional, os 17 deputados federais e os três senadores, estão se unindo para oferecer à população energia elétrica de qualidade, ao contrário do que ocorre nos últimos anos.

Por isso, os congressistas se articulam para uma sessão mais importante que a maioria das realizadas na Câmara e o Senado, amanhã, em local do Congresso ainda a ser definido.

A pauta já está definidíssima: a mobilização dos políticos em favor da sociedade, que exige respeito por parte da Enel, a multinacional italiana que comprou a Celg. Com a transação, menos de R\$ 800 milhões entraram nos cofres do Estado, quantia 100% utilizada na pré-campanha e no período eleitoral de 2018. Calcula-se que a empresa valia ao menos R\$ 12 bilhões.

“Reaver a Celg não é uma bandeira somente do governador Ronaldo Caiado”, diz o deputado federal José Nelto. “É um acerto de contas dos goianos com a História, pois estamos sem nossa principal compa-

nhia e ficamos com a pior empresa de energia do Brasil”.

Para Nelto, Goiás vai conseguir seu patrimônio de volta, “porque ao reaver a Celg estaremos livrando o Estado de um crime”.

Nelto avalia o processo de privatização como “inteiramente fraudulento”:

“A Celg foi vendida barato como artimanha para tapar corrupções de fortunas tiradas por políticos no passado”.

Realmente, a Celg foi roubada durante décadas e, por isso, ficou sucateada. Para privatizá-la, o governo de Goiás a repartiu em três e leiloou a parte que tinha a concessão para distribuir (vender ao consumidor final) energia.

José Nelto lembra que a companhia perdeu R\$ 1 bilhão de reais apenas no início do terceiro mandato de Marconi Perillo, o governador que a entregou aos italianos em 2017:

“Círculo muito pelo Estado e testemunho o sofrimento das donas de casa, dos comerciantes, enfim, de todos que padecem pela falta de luz, pelas quedas de energia queimando aparelhos”.

Atualmente, os políticos não po-



José Nelto: “Todo o processo de venda da Celg foi fraudulento, todo”



Caiado: Sobra energia no governador, falta luz para os clientes da Enel



Bolsonaro: presidente e seus ministros já se manifestaram pró-usuários

dem nem parar na beira da rodovia para comprar milho assado que o assunto é um só: energia ruim.

Na reunião de amanhã, em Brasília, os demais deputados e os senadores também vão relatar o que têm observado em suas viagens por Goiás.

O governador tem conversado com os deputados estaduais e vai ouvir toda a Assembleia.

Os próximos políticos que vão entrar na batalha pró-energia de qualidade serão prefeitos e seus vices, primeiras-damas, vereadores e

secretários municipais, tanto os de agora quanto os ex.

As entidades representativas do terceiro setor e dos empreendedores também estão junto com o povo na esperança de melhorar a distribuição de energia.



Caiado e Lissauer discutem RRF e saídas para a crise do Estado

Governador e presidente da Assembleia Legislativa tem encontro, reservado, na manhã do último sábado, no Palácio das Esmeraldas, em que a adesão de Goiás ao Regime de Recuperação Fiscal foi um dos temas tratados

Helton Lenine

O governador Ronaldo Caiado (DEM) recebeu o presidente da Assembleia Legislativa, Lissauer Vieira (PSB), na manhã do último sábado, no Palácio das Esmeraldas, oportunidade em que discutiram a crise fiscal e financeira vivida pelo Estado e os termos do Regime de Recuperação Fiscal (RRF), uma das saídas que se discute para permitir empréstimos e quitação de dívidas.

“O chefe do Executivo estadual se recupera de uma pequena indisposição, mas já está pronto para o retorno ao ‘batente’. Aproveitamos para con-

versar sobre pautas importantes para o desenvolvimento de Goiás”, disse Lissauer Vieira, pelo Facebook.

Pelas redes sociais, Ronaldo Caiado falou sobre o encontro. “Tive a honra de receber o presidente Lissauer Vieira, em um gesto de cortesia que me deixou muito sensibilizado. Atualizamos nossa conversa política, tanto no cenário nacional quanto do nosso querido Estado de Goiás. A sociedade torce para, juntos, Governo e Assembleia Legislativa, melhorarmos cada dia mais a vida do nosso povo goiano”.

O senador Jorge Kajuru (sem partido) também voltou a falar sobre a enfermidade do chefe do Executi-

vo estadual. Ele desculpou-se por ter comunicado que Caiado enfrentava grave doença. “Informei errado sobre o irmão Ronaldo Caiado. Me enganei e graças a Deus foi só um quadro febril” O governador já está bem, forte sempre e agindo 24 horas. Peço desculpas”, escreveu o senador.

Durante o recesso parlamentar de julho, o presidente Lissauer Vieira afirmou, em várias entrevistas, que as medidas exigidas pelo Governo federal para que os estados aderissem ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF) eram “duras demais” e que, por isso, entendia que a matéria teria dificuldades em ser aprovadas pelo plenário da Assembleia Legislativa.

A entrada de Estado no RRF foi concedida através de liminar do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes. A expectativa do Governo estadual é que a autorização a ser enviada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), órgão do ministério da Economia, seja aprovada agora em agosto, na segunda parte, com obrigações como cortes de incentivos fiscais e redução de cargos comissionados.

“Sou muito preocupado com esse Regime de Recuperação Fiscal. Na minha opinião, não é a



Lissauer Vieira e Ronaldo Caiado: debate sobre a crise do Estado

melhor saída para o governo. Na minha concepção nós teríamos outras saídas, outras discussões para nós podermos fazer uma recuperação do Estado menos traumática. O Regime de Recuperação Fiscal será muito traumático para a população, para o setor produtivo, para os empresários e para os servidores públicos também”, ponderou.

Vieira ainda acrescentou que uma das mudanças que o RRF im-

põe é a criação de uma conta financeira única para todos os poderes, o que ele se posiciona contra. “A conta única é inviável, porque tira a autonomia dos poderes. Na minha opinião está totalmente descartada essa possibilidade”, declarou.

A Assembleia Legislativa retomou os trabalhos na última terça-feira e iniciou a apreciação de 302 projetos de iniciativas dos 41 parlamentares e de outros poderes e instituições.

“

Atualizamos nossa conversa política, tanto no cenário nacional quanto do nosso querido Estado de Goiás. A sociedade torce para, juntos, Governo e Assembleia Legislativa, melhorarmos cada dia mais a vida do nosso povo goiano”

Governador Ronaldo Caiado

RM | GAC |
DIVULGAÇÃO